



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Governo Federal não levará adiante por ora hidrelétrica de Tapajós, diz Ministro



O Governo Federal decidiu não realizar, por enquanto, o projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (PA), após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) arquivar o processo de licenciamento ambiental, de acordo com o Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. “A decisão do Governo é de não levar isso adiante agora, mas eu tenho isso no meu inventário, lá na prateleira do Ministério de Minas e Energia esse potencial identificado e, em outro momento, quando o Go-

verno entender, se entender, que deve prosseguir, aí retoma”, disse Fernando Coelho. Segundo o Ministro, a decisão de adiar o andamento da usina não gera prejuízos do ponto de vista do abastecimento energético, já que a energia que seria entregue pelo empreendimento pode ser substituída por outras fontes. *(Baseado em O Globo – 04.08.2016)*

PAINEL

ANEEL abre Consulta Pública sobre o PLD

A ANEEL abriu Consulta Pública para obter subsídios sobre a avaliação da necessidade de representar a reserva operativa nos modelos computacionais utilizados para o planejamento e programação de despacho eletroenergético e para a formação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 28 de setembro de 2016.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Leilão de energia eólica e solar terá 1.260 projetos em dezembro

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) cadastrou 1.260 projetos de energia eólica e solar, totalizando 35.147 Megawatts (MW), para o segundo leilão de energia de reserva, previsto para 16 de dezembro deste ano. São 841 projetos eólicos, totalizando 21.760 MW e 419 fotovoltaicos, equivalentes a 13.388 MW. Na modalidade eólica, a Bahia lidera no leilão, com 249 projetos, totalizando 6.380 MW, seguida pelo Rio Grande do Norte, com 223 projetos e 5.555 MW, e o Rio Grande do Sul, com 127 projetos e 3.087 MW. *(Baseado em Agência Brasil – 08.08.2016)*

Veto a incentivo trava novas obras de saneamento básico no Brasil

O Presidente Interino, Michel Temer, vetou um subsídio destinado ao setor de saneamento básico que poderia adicionar R\$ 2 bilhões por ano para construção de novas obras de água e esgoto. O País tem um plano para universalizar o saneamento básico a partir de 2033, mas sua execução está atrasada e, pelo andamento até 2015, poderá demorar 20 anos além do previsto, de acordo com estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Dos domicílios do País, 40% ainda não são atendidos por rede de esgoto. Um artigo da proposta previa desconto na alíquota de PIS/Cofins cobrada de empresas de saneamento em troca de obras novas no setor. Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento recomendaram a Temer o veto deste artigo. O argumento foi a perda de receita sem determinação de outra fonte para compensação, além de problemas técnicos que levaram à não incorporação do projeto na previsão orçamentária para este ano. Com o veto, no entanto, o plano se tornou inviável. Para o advogado Gustavo Magalhães, especialista no setor de saneamento, o Governo levou em consideração apenas a perda de arrecadação ao vetar a criação do subsídio sem apreciar que o projeto é um investimento em saúde, visto que uma série de doenças é causada pela falta de saneamento. Apesar do veto do Presidente Interino ao incentivo proposto, a parte da lei que cria o programa de investimentos no setor e suas metas foi mantida o que permite que o regime tributário do setor seja revisto e o subsídio vetado seja recriado. *(Baseado em Folha de São Paulo - 10.08.2016)*



Governo vai agora priorizar licitação de área ocupada

O Governo Federal mudou a estratégia e vai agora levar a leilão áreas já ocupadas em vez de priorizar as chamadas “greenfield”. Depois do fracasso ao tentar licitar seis áreas livres no Pará, que não despertaram interesse privado, o Governo Federal quer garantir ao menos um interessado: a empresa que já opera no local. São áreas em sua maioria ocupadas por empresas que operam com instrumento precário, como contrato de transição, porque o prazo original de exploração venceu. A avaliação é que a falta de interesse pelo Pará foi fruto, entre outros problemas, de os projetos novos exigirem investimento do zero. Hoje, estão liberadas 26 áreas para irem para licitação. Elas integram o chamado bloco 1 (Santos e no Pará) do programa de arrendamentos cujos estudos foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Contudo, o Governo não vai mais seguir o critério de blocos e, sim, o que é considerado mais importante pela iniciativa privada. Também devem ser selecionados lotes que estão com estudos mais adiantados independentemente de estarem ocupados ou não. Devem integrar essa leva áreas nos portos do Itaqui (MA) e Paranaguá (PR), por exemplo. A ideia é pinçar algumas áreas para lançar os editais ainda neste ano, mas ainda não há definição da data exata. *(11.08.2016 – Baseado em Valor Econômico)*

Governo quer restringir atuação de empreiteiras em consórcios

O Governo Federal está incomodado com a execução das obras civis de grandes projetos de infraestrutura concedidos à iniciativa privada pelas mesmas empreiteiras que têm saído vitoriosas nos leilões. Nas concessões já realizadas de aeroportos, por exemplo, os grupos vencedores quase sempre contrataram o braço de construção das empresas que faziam parte dos consórcios para tocar as obras de reforma e ampliação de terminais. O Secretário-Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Moreira Franco afirma que esse é um problema que precisa ser enfrentado. Para ele, outro ponto que causa incômodo é a vitória recorrente dos mesmos grupos em leilões recentes em várias áreas diferentes como rodovias, aeroportos e energia. Moreira realizou visita ao Cade a fim de buscar experiência e abrir um canal de diálogo permanente com o órgão antitruste para impedir a formação de cartéis nas próximas concessões. O Presidente Interino do Cade, Márcio de Oliveira Júnior, afirmou que pretende sugerir regras que podem viabilizar maior concorrência. Um exemplo citado por ele é a tradução dos editais para o inglês o que não era feito e prazos mais dilatados para análise dos investidores. Oliveira preferiu não antecipar outras sugestões e disse que a colaboração com o PPI não será apenas pontual. Segundo ele, regras que promovem a competição dificultam, mas não zeram a possibilidade de cartel. (11.08.2016 – Baseado em Valor Econômico)

Obras de infraestrutura podem puxar retomada de material de base em 2017

Representantes da indústria de cimento mantêm cautela ao estimar fim do período de retração no setor, mas avanço de concessões é a principal aposta em cenário de crédito imobiliário restrito. Com o crédito imobiliário ainda caro e restrito, que parou a venda de imóveis novos, a indústria de material de base, principalmente de cimento, aposta que a solução virá do destravamento das obras de infraestrutura a partir do ano que vem, dizem especialistas. Entretanto com a atividade imobiliária em baixa, os materiais de base devem encerrar 2016 no vermelho. No primeiro semestre, o faturamento do segmento acumulou queda de 16,2% ante 2015. Os dirigentes do Snic e da Abramat não esperam a retomada em edificações no curto prazo e atrelam uma possível melhora do segmento a expansão do crédito imobiliário e redução das taxas de juros. De acordo com eles os financiamentos imobiliários estão 33% menores neste ano e não há crédito para compra de imóveis. A taxa básica de juros (Selic), hoje em 14,15% ao ano, chegou a 8,40% em agosto de 2013, quando setor ainda estava em alta. A Votorantim Cimentos também projeta recuo no consumo de cimento neste ano, refletindo a queda no Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação ainda alta. (10.08.2016 – Baseado em DCI)

Novas licitações para Porto de Suape devem atingir R\$ 2,1 bilhões

O porto de Suape, em Pernambuco, deve concentrar R\$ 2,1 bilhões em licitações na nova fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Thiago Norões, os projetos incluem um segundo terminal de contêineres, um de veículos, um de grãos de trigo e outros dois terminais de granéis minerais. O Secretário destacou que o porto de Suape é hoje um “hub”, terminal concentrador de carga, cuja movimentação cresceu de 15 milhões de toneladas em 2014 para 20 milhões em 2015. No primeiro semestre deste ano, foram 11 milhões de toneladas. “Vimos um crescimento próximo de 30%, mesmo no momento econômico atual do Brasil”, disse Norões. Depois das inaugurações, no ano passado, de fábricas da Fiat e da Unilever e da ampliação da unidade da Ambev no Município de Itapissuma, Pernambuco mantém neste ano os esforços para atrair investimentos, mesmo diante do cenário atual de crise e de desaceleração da economia nordestina. *(Baseado em Valor Econômico – 10.08.2016)*

Petrobras reduz previsão de investimento para 2016

A Petrobras anunciou que vai reduzir seus investimentos a US\$ 17,5 bilhões neste ano, cerca de 12,5% inferior aos US\$ 20 bilhões projetados inicialmente. A informação foi apresentada pela companhia após a divulgação dos resultados financeiros no segundo trimestre, quando registrou um lucro líquido de R\$ 370 milhões. No primeiro semestre do ano, a Petrobras investiu US\$ 11 bilhões, e segundo o diretor financeiro, Ivan Monteiro, o menor volume de investimentos se deve ao fato de a companhia não estar conseguindo sua execução no ritmo. *(Baseado em O Globo – 12.08.2016)*

Relatório da AIE prevê melhora na demanda de petróleo e preço sobe

Apesar da leve redução na perspectiva de demanda para 2017, a Agência Internacional de Energia (AIE) elevou em seu “Relatório do Mercado de Petróleo” as estimativas para 2016 e ajudou a impulsionar os preços da commodity. Segundo o texto, a procura por petróleo vai se intensificar até o fim deste ano. A estimativa de média para a demanda em 2016 como um todo subiu 100 mil barris, para 96,3 milhões de barris diários. Ainda conforme a AIE, o Brasil está no caminho certo para a produção continuar a crescer. E elevou a estimativa de oferta no país em 2016, de 2,6 milhões de barris para 2,62 milhões de barris diários, em média. Para a agência, após escândalos de corrupção, incertezas política e a maior dívida do mundo do petróleo, a Petrobras começa a arrumar a casa para garantir crescimento sustentável no futuro. A AIE lembra que a produção decepcionou no início do ano, mas que já vem se recuperando. *(Baseado em ABEGAS – 12.08.2016)*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de julho de 2016 até 31 de dezembro de 2020**

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	2.692	4.298	5.153	1.833	0	13.976
Otimista	2.692	4.298	5.153	2.023	0	14.166
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	656	312	257	340	0	1.564
Otimista	777	451	581	361	1.516	3.685
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	1.808	2.105	528	10	75	4.527
Otimista	1.849	2.951	4.849	2.147	403	12.199
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	5.156	6.715	5.938	2.183	75	20.067
Otimista	5.318	7.700	10.583	4.530	1.918	30.050

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 2,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de julho de 2016 e 31 de dezembro de 2020.

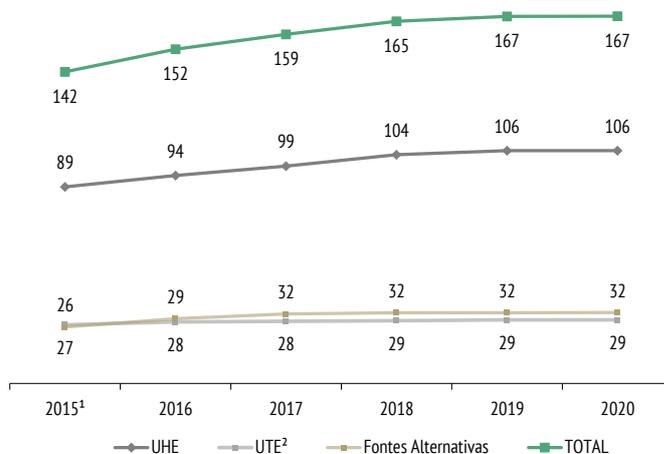
No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 30 mil MW no período 2016-2020. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

**Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador**



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:

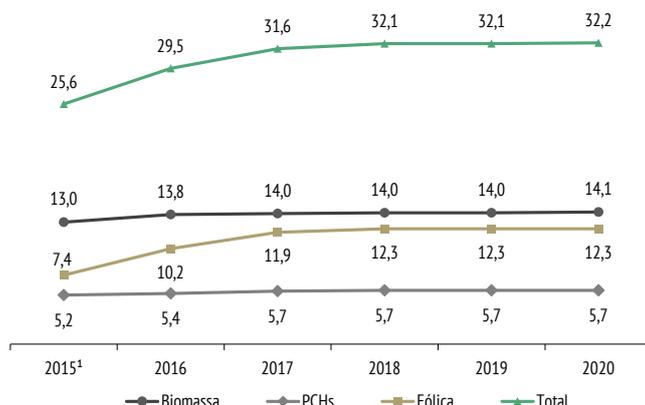
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2015.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2015.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2016, é superior à estimativa de variação do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,3% e queda de 3,5%.

Entre 2016 e 2020, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 8% no mesmo período. Em dezembro de 2015, a participação das UHEs foi de 63% na matriz elétrica nacional e deve permanecer no mesmo patamar até 2020. A participação na capacidade total instalada das UTES deve passar de 19% para 17% até 2020.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve passar de 9% para 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve diminuir de 4% para 3% até 2020. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2020, passará de 5% para 7%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 14,1 mil MW de UHEs até 2020 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 14 mil para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 1,6 mil MW até 2020. Cerca de 42% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 390 MW de potência adicional até 2020. Já no cenário otimista, até 2020, devem entrar em operação um total de 2 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 775 MW até 2020. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,6 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,6 mil MW, apenas 39% da potência (3,4 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2020.

A implantação de barragens e a formação de reservatórios modificam as condições naturais dos cursos d'água. Aspecto de interesse é a redução das velocidades da corrente e a consequente deposição de sedimentos carregados pela água. Trata-se do assoreamento, que diminui gradativamente a capacidade de armazenamento dos reservatórios, podendo até mesmo inviabilizar o objeto de sua operação. Os danos ambientais e econômicos advindos do assoreamento podem ser de difícil remédio, especialmente em regiões áridas e semiáridas. Estudo do Banco Mundial (Reservoir Sedimentation, WTP71, 1987) relata que a vida útil média dos reservatórios existentes nos diversos países é estimada em apenas 22 anos. A perda anual média de capacidade de armazenamento devido à sedimentação, segundo o Banco, cifra 1 %, tendo avaliado conservadoramente o custo de remoção dos volumes assoreados em US\$ 6 bilhões por ano.

Não é por outra razão que a Eletrobrás elaborou em 1994 um estudo sobre o tema para concluir que a perda anual de capacidade de armazenamento dos reservatórios no Brasil é de aproximadamente 0,5%. Essa taxa corresponde a perda de capacidade de 2 bilhões m³ por ano, vale dizer, volume maior do que boa parte dos médios reservatórios existentes, como Estreito, Salto Osório e Porto Colômbia, por exemplo. Motivada pelo problema, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel editou em 2000 o Guia de avaliação de assoreamento de reservatórios.

É certo, explica a Agência, que os grandes reservatórios demandam tempo relativamente maior para ficarem assoreados. Cita os reservatórios de Itaipu, Ita, Sobradinho e Tucuruí cujo tempo de assoreamento total avaliado para cada reservatório pode ultrapassar mil anos. No entanto, adverte, em prazo muito menor, de 20 a 30 anos, os depósitos na região do remanso, área do delta, poderão prejudicar atividades como a navegação. E os depósitos finos nas margens podem favorecer o crescimento de

plantas macrófitas cujo deslocamento para perto da barragem as leva a mergulhar pelos condutos e prejudicar a geração de energia.

De todo modo, afluentes ao reservatório escoando próximo à barragem podem afetar a geração e outras finalidades em tempo menor que o previsto. Como os casos de assoreamento têm se multiplicado com o aumento da erosão nas bacias hidrográficas, recomenda a Agência que seja efetuado o estudo sedimentológico em todos os aproveitamentos com formação de reservatório, o que inclui o levantamento topo-batimétrico. O País carece de estudos dessa natureza. A questão é complexa, visto que os principais fatores que afetam a produção de sedimentos na área de drenagem são precipitação, tipo de solo e formação geológica, cobertura e uso do solo, topografia, natureza da rede de drenagem e a hidráulica dos canais.

Na reunião do Conselho de Infraestrutura realizada em outubro do ano passado, o Consultor Mário Veiga referiu-se ao “descolamento” entre os modelos de planejamento e a realidade. Explicou que as equações constantes dos modelos estão corretas, mas as restrições operativas reais são piores do que as representadas na formulação dos planos oficiais. Se o passado fosse reconstituído por meio de backcasting com os modelos oficiais de simulação, o nível dos reservatórios em dezembro de 2013 seria 22 pontos percentuais maior do que o real. Tal diferença possibilitaria o atendimento à carga anual de 5,3 GW médios. Em outras palavras, concluiu, há descompasso entre o que o Governo pensa que está acontecendo e a realidade. Ao listar as restrições operativas que prejudicam o planejamento e a operação do sistema, destacou a batimetria desatualizada e o assoreamento. Ademais, essa revisão de capacidade pode afetar a garantia física contratada das usinas hidrelétricas. Em suma, a iniciativa da Agência é meritória, vez que identifica o problema e promove ações para sua inadiável correção.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2016 (MW) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2016



Em 2016, até 15 de julho, entraram em operação 5.104 MW. Desse total, as UHEs representaram 48% da potência total que entrou em operação totalizando 2.473 MW. As EOLs representaram 31%, totalizando 1.598 MW. As UTEs fósseis representaram 12%, enquanto as UTEs a biomassa e representaram 6% da capacidade instalada no período, e as PCHs apenas 2% da potência total instalada.

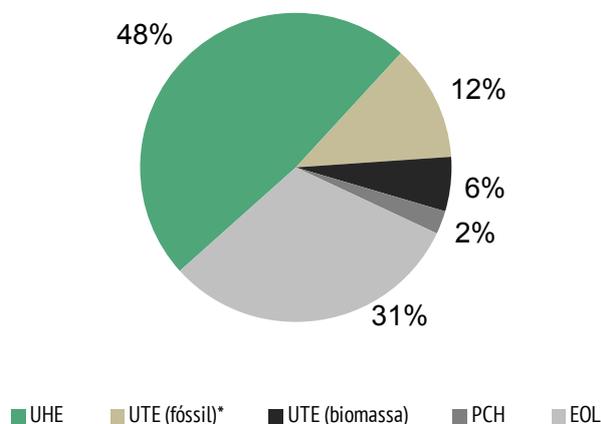
1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2016, 37.174 GWh, apresentando um valor equivalente ao observado em junho de 2015.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.652 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2015. O consumo industrial de energia elétrica representou 37% do total de energia elétrica consumida em junho de 2016.

Este panorama do consumo industrial pode ser reflexo do momento de transição pelo qual parece estar passando a economia brasileira. Apesar dos indicadores antecedentes estarem anunciando uma possível recuperação, impedidos pela melhora das expectativas, os indicadores econômicos reais vêm apresentando flutuações, deixando transparecer uma conjuntura ainda adversa, mas que continua se ajustando de modo a conter a deterioração agravada desde o ano passado.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2016



Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho	Junho	Var.	Jan-Jun	Jan-Jun	Var.
	2015	2016		2015	2016	
Residencial	10.095	10.555	5	66.901	67.729	1
Industrial	14.115	13.652	-3	85.563	80.992	-5
Comercial	7.047	6.839	-3	46.279	45.580	-2
Outras	5.874	6.128	4	36.756	37.201	1
Total	37.131	37.174	0	235.499	231.502	-2

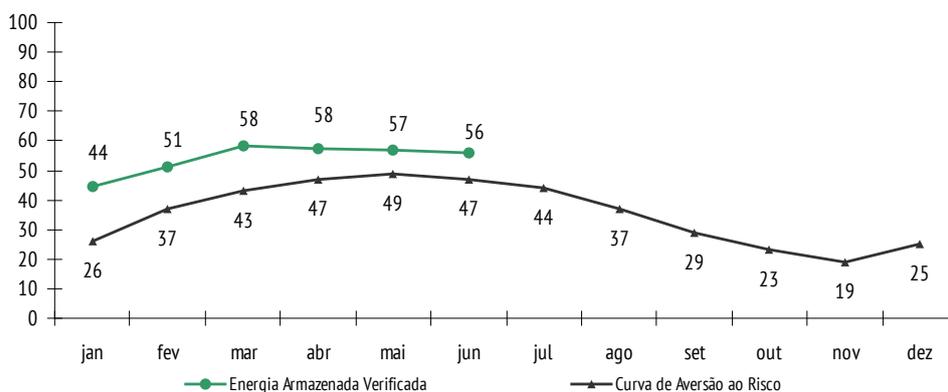
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

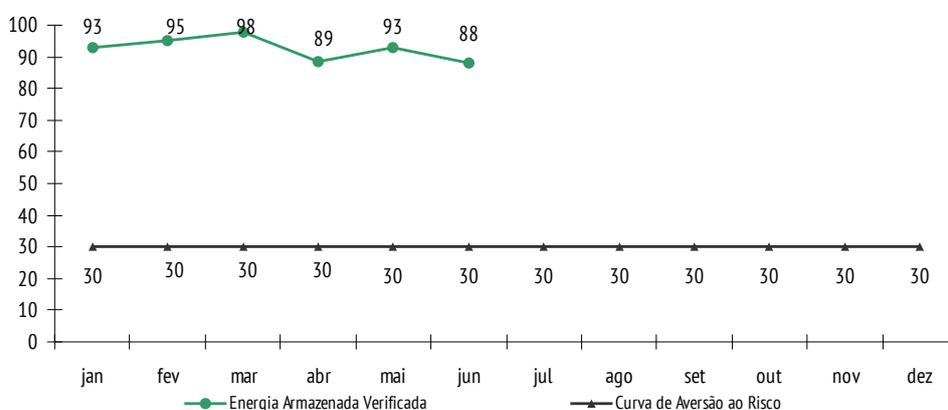
As Curvas de Aversão ao Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em junho de 2016, todas as regiões apresentaram uma queda em relação ao mês anterior, sendo o Sul a região que apresentou a variação mais significativa, passando de 93% para 88%. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram a energia armazenada acima da CAR para as respectivas Regiões. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram a energia armazenada abaixo da CAR (70% e 49%, respectivamente) e apresenta indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

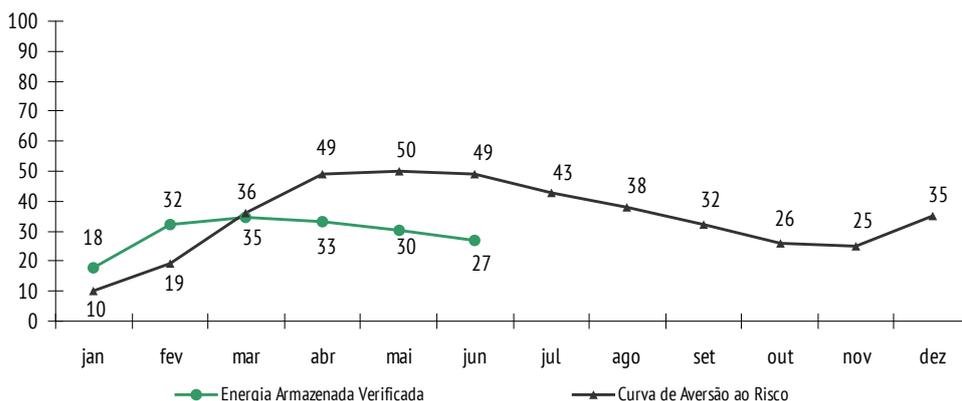
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Sul (%)**



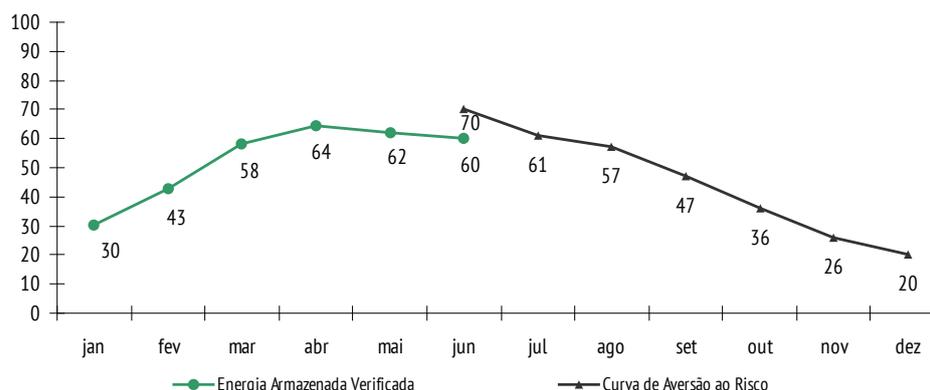
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Norte* (%)**

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2016, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,25 e R\$ 422,56/MWh.

Na quinta semana de julho de 2016, o PLD atingiu o valor de R\$ 81,71/MWh para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e R\$ 119,01/MWh para as regiões Norte e Nordeste, referente a carga pesada, valores abaixo do valor máximo para 2016. Já para a carga leve, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram o valor de R\$ 74,45 /MWh e R\$ 113,60 /MWh para as regiões Norte e Nordeste.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 5 - Julho 2016 (Período: 23/07/2016 a 29/07/2016)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	81,71	81,71	119,01	119,01
Média	78,47	78,47	119,01	119,01
Leve	74,45	74,45	113,60	113,60

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de julho de 2016, as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul apresentaram um PLD médio de R\$ 83,43/MWh, representando uma queda de 65% e 59% relação ao apresentado no mesmo mês do ano anterior, respectivamente. A região Norte apresentou um PDL médio de R\$ 106,13/MWh, 56% abaixo do valor apresentado no mesmo mês do ano de 2015. Já a região Nordeste apresentou um PLD médio de R\$ 108,68/MWh, representando uma queda de cerca de 55% quando comparados ao mesmo mês do ano anterior.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Julho	Julho	Variação (%)
	2015	2016	
Sudeste/Centro-Oeste	240,08	83,43	-65,25
Sul	203,89	83,43	-59,08
Nordeste	243,74	108,68	-55,41
Norte	241,24	106,13	-56,01

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

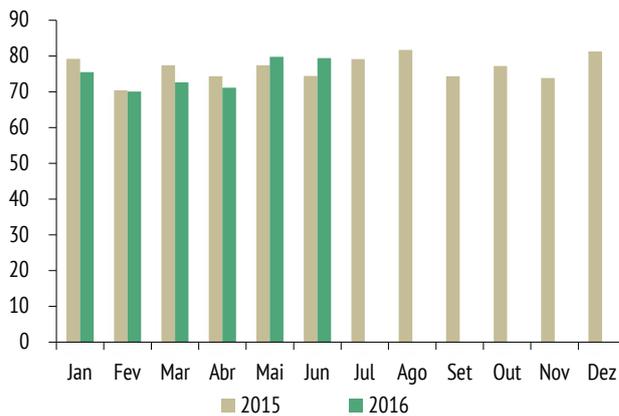
A produção nacional de petróleo, no mês de junho de 2016, foi de 79,5 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 7% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 1% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em junho de 2016 foi de 26°, sendo que 27% da produção foi considerada óleo leve (maior ou

igual a 31°API), 53% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 20% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

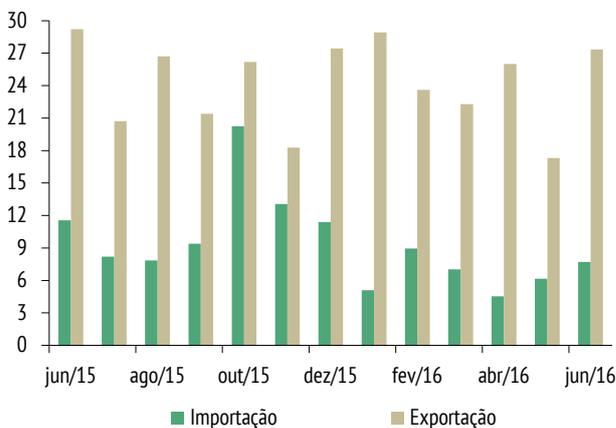
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2016, foi de 58 milhões bep. Esse volume foi 9% inferior ao observado em junho de 2015. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 5% inferior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

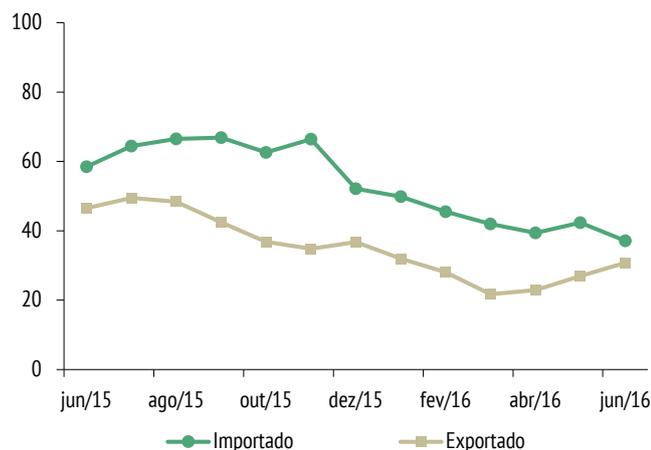


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em junho de 2016, cerca de 94% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2016, foi de 27,3 milhões de bep, volume 7% inferior ao exportado em junho de 2015. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 14% superior ao observado no mesmo período de 2015.

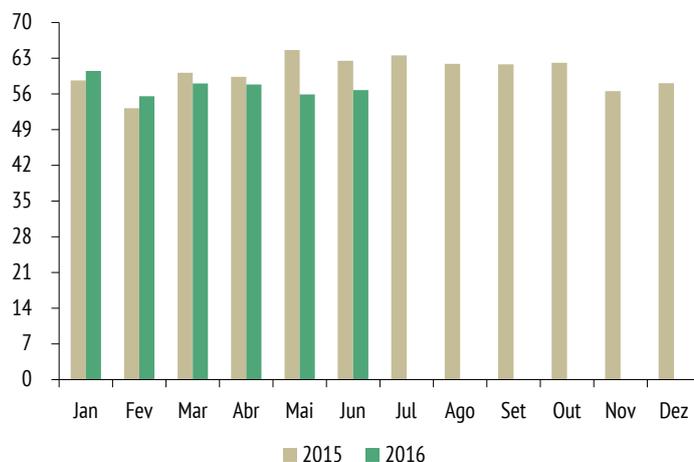
O preço médio do petróleo importado pelo país, em junho de 2016, foi de US\$ 45,96/barril, valor 29% inferior ao observado em junho de 2015.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em junho de 2016, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 56,7 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 9% inferior ao produzido em junho de 2015. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 4% inferior ao mesmo período do ano passado.

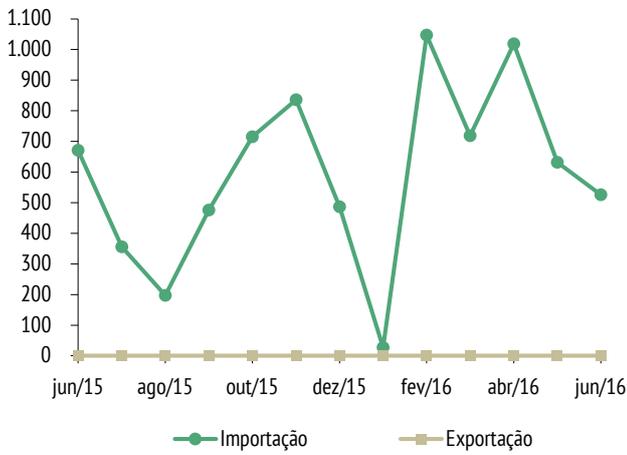
A importação de derivados de petróleo, em junho de 2016, foi de 12,9 milhões bep, valor 6% inferior ao registrado em junho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 11% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



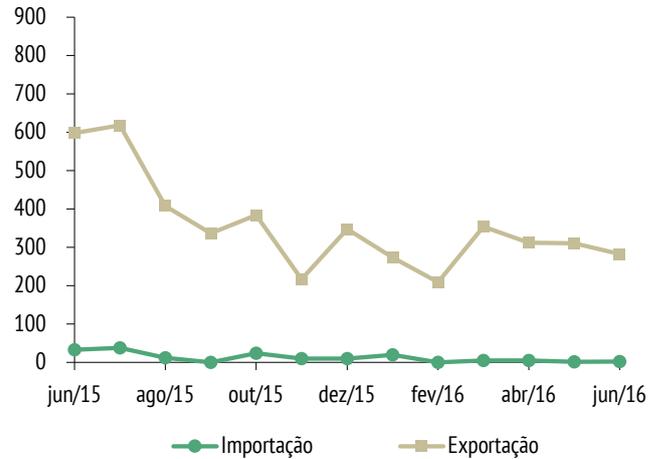
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

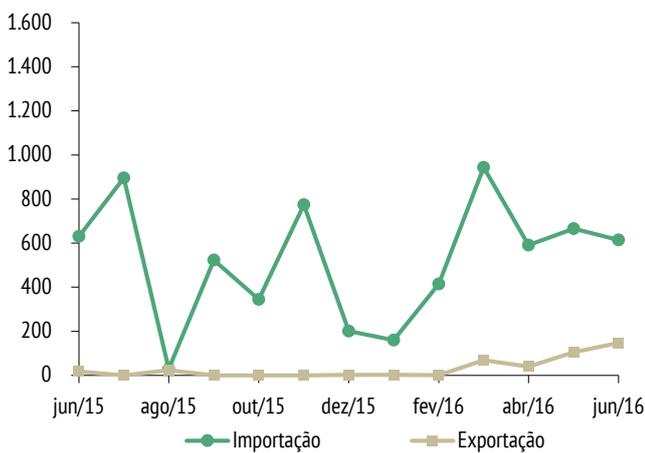
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

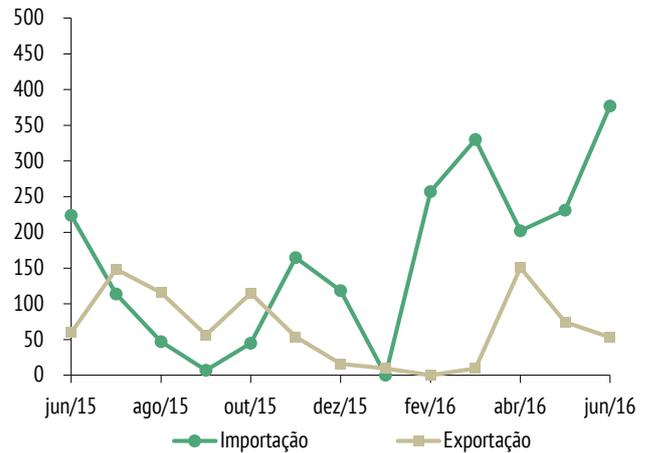
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2016, foi constatado um total de 7,3 milhões bep, o que representa um volume 23% inferior ao observado no mesmo mês de 2015. No acumulado do ano, a exportação foi 5% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em junho de 2016, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 21% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 14 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 65 milhões de bep. Em junho de 2015, a dependência externa foi negativa em 22%. No acumulado do ano de 2016, foi observada uma dependência negativa de 19%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Junho/2015	Jan-Jun/2015	Junho/2016	Jan-Jun/2016
Produção de Petróleo (a)	74	453	79	449
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-18	-95	-20	-106
Imp. Líq. de Derivados (c)	4	43	6	36
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	61	401	65	378
Dependência Externa (e)=(d-a)	-13	-52	-14	-70
Dependência Externa (e)/(d)	-22%	-13%	-21%	-19%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2016, apresentou saldo positivo de US\$ 313 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 313 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo também foi positivo de US\$ 322 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 351 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

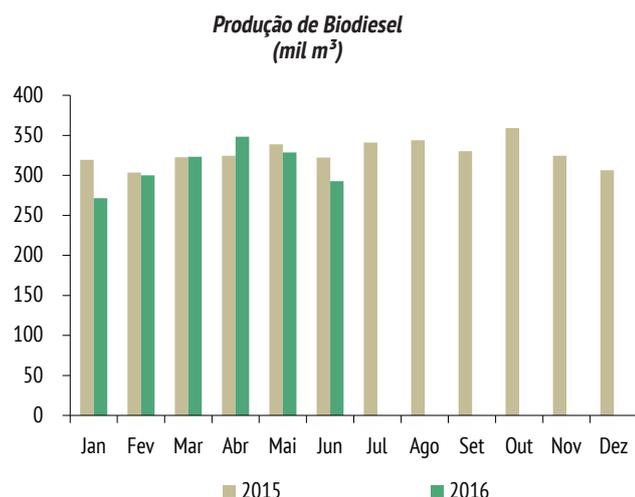
	Junho/2015	Jan-Jun/2015	Junho/2016	Jan-Jun/2016
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.446	6.399	966	4.035
Dispêndio com importação (b)	745	3.130	354	1.660
Balança Comercial (c)=(a-b)	701	3.269	613	2.375
Derivados				
Receita com exportação (d)	565	2.634	331	1.648
Dispêndio com importação (e)	943	6.090	631	3.672
Balança Comercial (f)=(d-e)	-379	-3.456	-299	-2.024
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.011	9.033	1.298	5.683
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.688	9.219	984	5.332
Balança Total (i)=(g)-(h)	322	-186	313	351

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

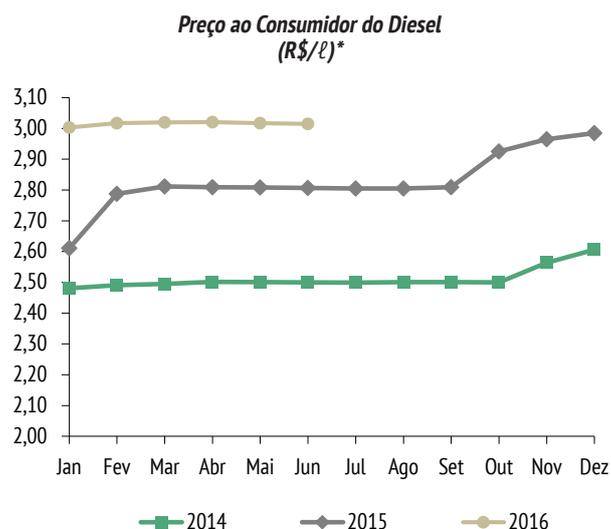
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2016, foi de 293 mil m³, montante 9% inferior ao produzido em junho de 2015. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 3% inferior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2016, foi de R\$ 3,01/ℓ, valor 7% superior ao observado em junho de 2015.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2015/2016 produziu, até o dia 30 de junho de 2016, 30.478 mil m³ de álcool, sendo 19.263 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (63%). Em relação ao mesmo período da safra 2014/2015, houve um aumento de 12% na produção de álcool hidratado. A produção total de álcool foi 5% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

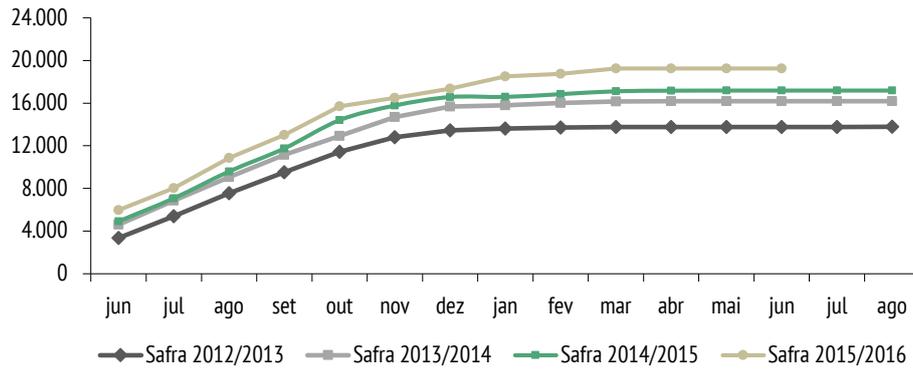
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de junho, produziu-se 33.537 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2014/2015.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2014/2015 (até 30 de junho de 2015)	Safra 2015/2016 (até 30 de junho de 2016)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.744	11.215	-5
Álcool Hidratado (mil m ³)	17.182	19.263	12
Total Álcool (mil m³)	28.926	30.478	5
Açúcar (mil ton)	35.621	33.537	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

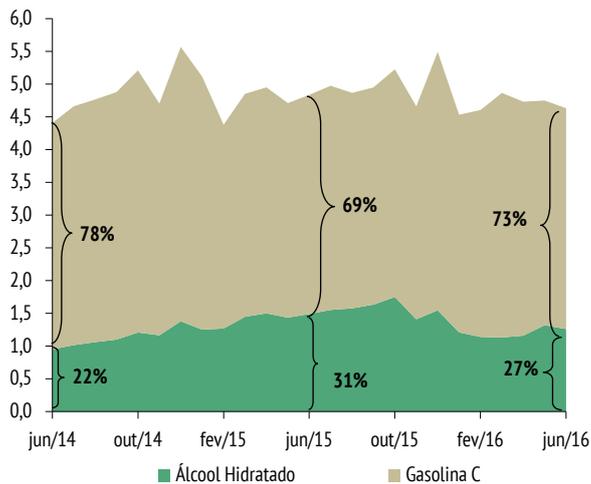
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em junho de 2016. Esse número representa uma queda de 15% em relação ao volume vendido em junho do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 27% do universo de vendas do álcool e da gasolina em junho de 2016. Essa participação foi 4 pontos percentuais inferior ao observado em junho de 2015.

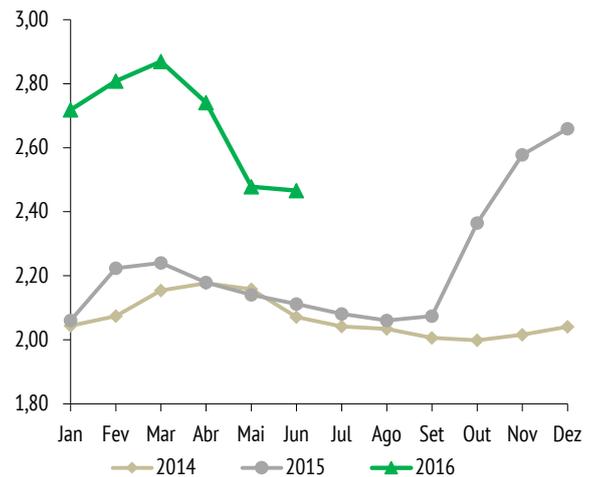
Em junho de 2016, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,47/ℓ, valor 17% superior ao registrado no mesmo período de 2015.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



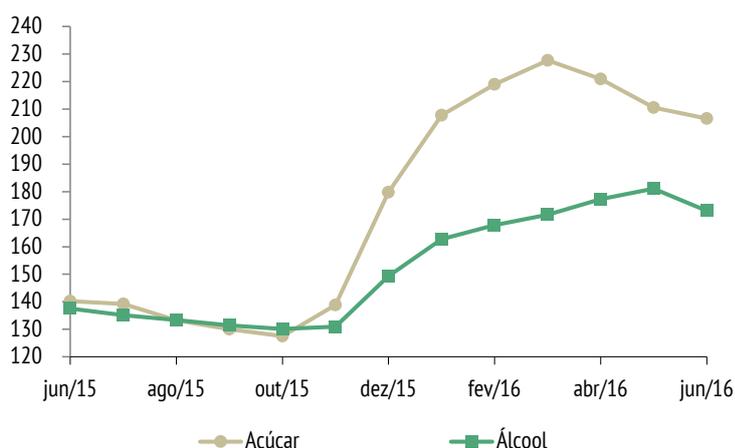
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2016, foi de 103,5 milhões m³, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em junho de 2015.

A importação de gás natural realizada pelo País, em junho de 2016, foi de 29,1 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 84,1 milhões m³/dia. Este montante é 21% inferior ao observado em junho de 2015.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 47% em junho de 2016. Em junho de 2015, essa proporção havia sido de 40%.

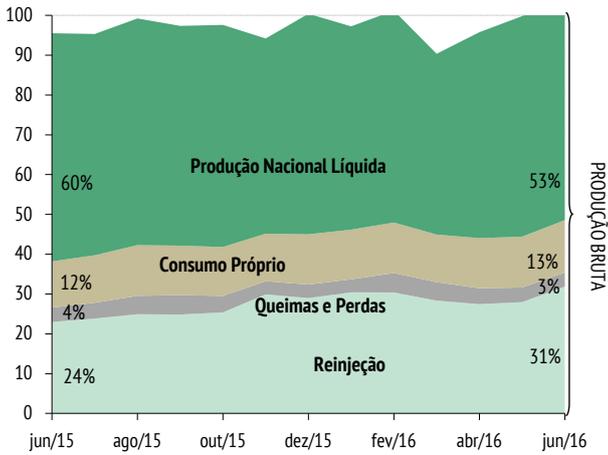
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Junho/2015	Média do período Jan-Jun/2015	Média em Junho/2016	Média do período Jan-Jun/2016
Produção Nacional¹	95.516	95.088	103.518	97.981
- Reinjeção	22.987	22.228	31.875	29.416
- Queimas e Perdas	3.620	3.598	3.529	3.999
- Consumo Próprio	11.599	12.065	13.167	12.605
= Produção Nac. Líquida	57.310	57.197	54.946	51.961
+ Importação	49.287	58.959	29.175	43.290
= Oferta	106.597	116.156	84.121	95.251

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

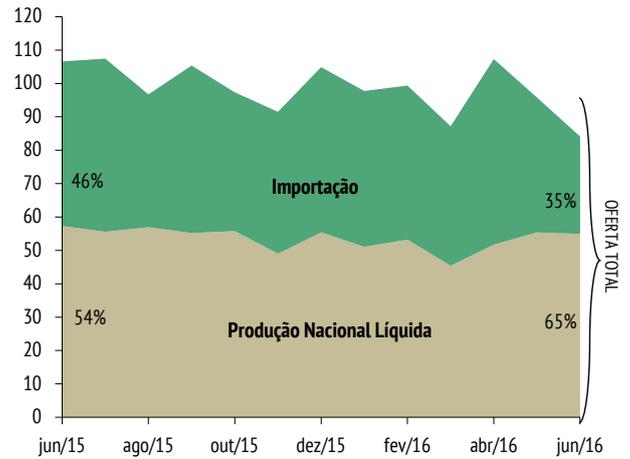
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)**



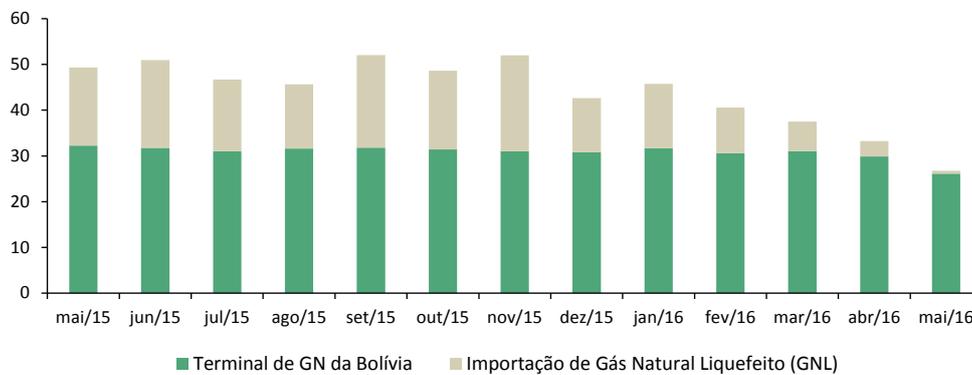
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em maio de 2016, foi de 26,1 milhões de m³/dia, volume 19% inferior ao observado no mesmo mês de 2015.

Em maio de 2016, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 660 mil m³/dia, volume 96% inferior ao montante observado em maio do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2016 foi, em média, cerca de 57,1 milhões de m³/dia. Essa média é 29% inferior ao volume médio diário consumido em abril de 2015.

O setor industrial, em abril de 2016, consumiu cerca de 25,8 milhões de m³/dia de gás natural, volume 11% inferior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

O setor industrial foi responsável por 45% do consumo de gás natural em abril de 2016. A geração elétrica foi o segundo setor em consumo, responsável por 31% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Abril/2015	Abril/2016	Abr-2016/ Abr-2015	Acumulado no Ano
Industrial	28.920	25.848	-11	-11
Automotivo	4.804	4.923	2	1
Residencial	1.017	917	-10	10
Comercial	798	781	-2	4
Geração Elétrica	36.137	17.841	-51	-38
Co-geração*	2.524	2.486	-1	1
Outros	6.654	4.337	-35	-17
Total	80.854	57.133	-29	-22

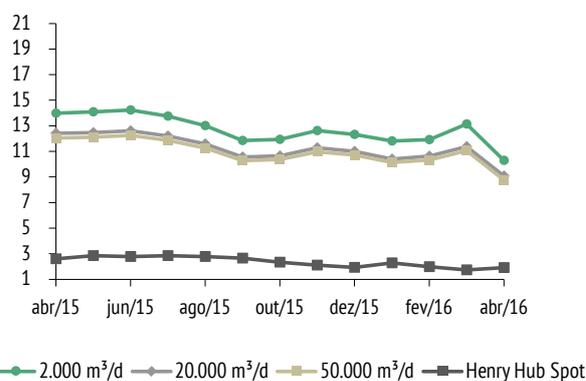
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em abril de 2016, foi de US\$ 9,38/MMBTU, valor 27% inferior ao observado em abril de 2015 (US\$ 12,33/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em abril de 2016, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 1,92/MMBTU, valor 26% inferior ao apresentado em abril de 2015 (US\$ 2,61/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



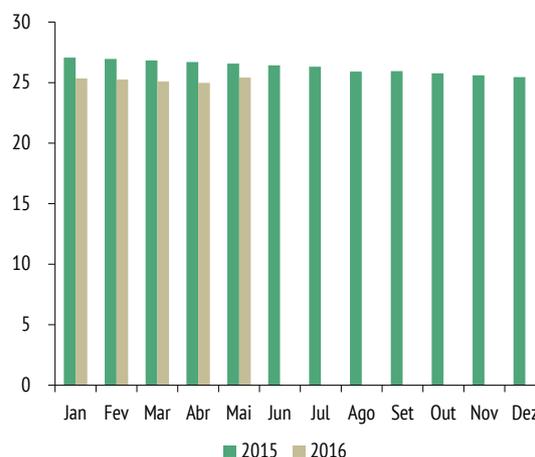
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acesso fixos em serviço alcançou 25,4 milhões em maio de 2016, valor 4% inferior ao registrado em maio de 2015.

Acessos Fixos em Operação (milhões)

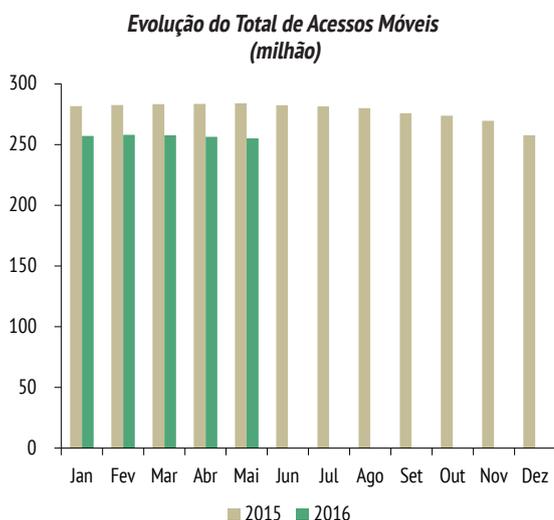


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

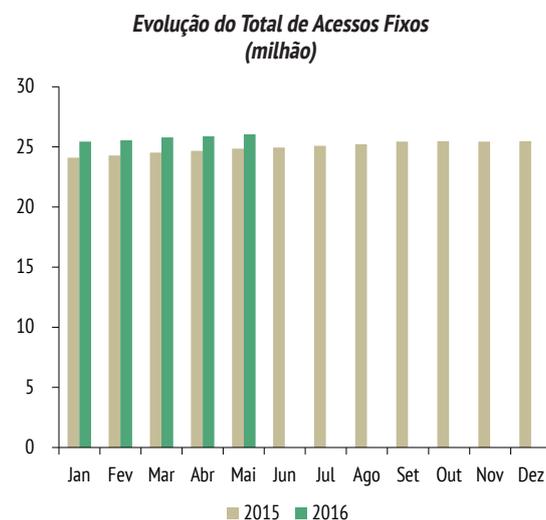
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em maio de 2016 foi de 255 milhões, montante 10% inferior ao observado no mesmo período de 2015.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 5% se compararmos com os valores de maio de 2015. Em maio de 2016 tivemos aproximadamente 26 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 24,9 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em junho de 2016, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou um aumento de 2% em relação a junho de 2015. A movimentação de granel líquido foi 6% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral também apresentou queda de 6%.

Os TUPs representaram 63% da movimentação total de carga nos portos e terminais em junho de 2016. A movimentação total nos TUPs foi de 53.151 mil toneladas, volume 4% inferior ao observado em junho de 2015. Os portos públicos movimentaram 30.764 mil toneladas, volume 3% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

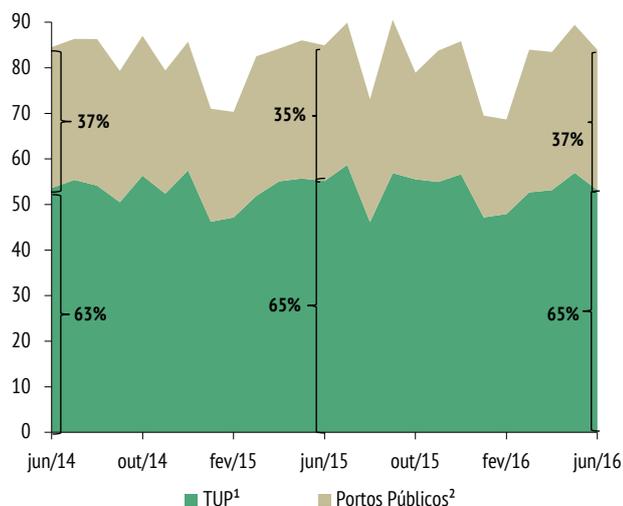
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em junho de 2016, foi de 696 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 6% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Jun/2015	Jun/2016	Jun-2016 / Jun-2015
Granel Sólido (a)	53.602	54.449	2%
Portos Públicos	17.894	19.051	6%
TUPs	35.707	35.398	-1%
Granel Líquido (b)	18.580	17.424	-6%
Portos Públicos	4.527	4.444	-2%
TUPs	14.053	12.980	-8%
Carga Geral Solta (c)	12.754	12.042	-6%
Portos Públicos	7.354	7.268	-1%
TUPs	5.400	4.773	-12%
Total (a+b+c)	84.935	83.915	-1%
Portos Públicos	29.775	30.764	3%
TUPs	55.161	53.151	-4%

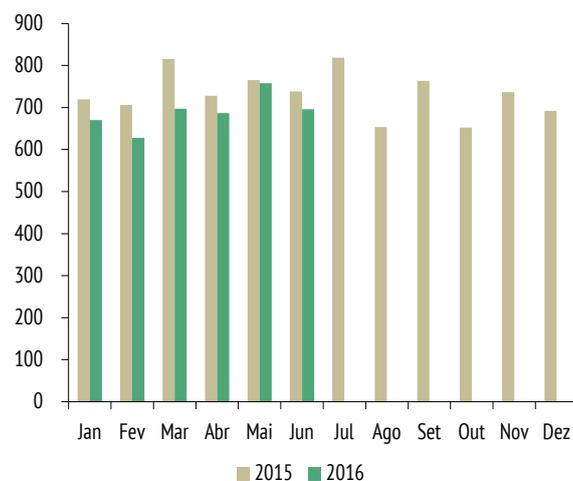
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



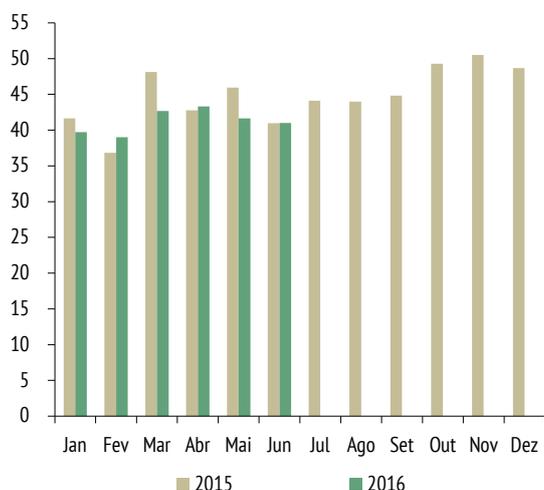
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em junho de 2016, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,3 milhões de passageiros, valor 8% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de junho de 2016.

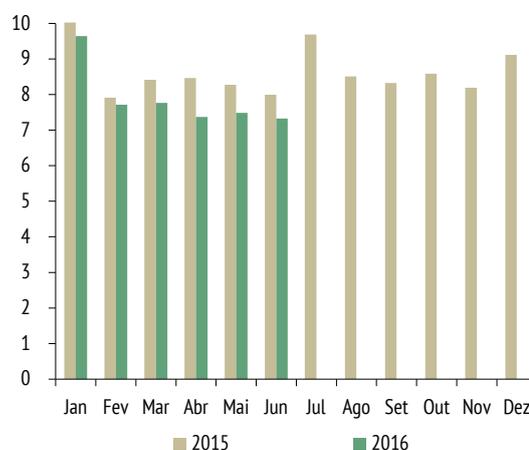
A movimentação de carga aérea total no País em junho de 2016, somando mercado nacional e internacional, foi de 41 mil toneladas, montante equivalente ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 68% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em junho de 2016, foi de 40,8 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% inferior ao observado no mesmo período de 2015. A movimentação de Adubos e Fertilizantes foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (13%), indústria cimenteira e construção civil apresentou a maior retração (-28%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em junho de 2016.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2015	2016	Variação (%)
	Junho (mil TU)	Junho (mil TU)	
Mercadoria	Jun-16 / Jun-15		
Minério de Ferro	32.101	31.445	-2
Soja e Farelo de Soja	2.905	2.621	-10
Produção Agrícola (exceto soja)	1.595	1.761	10
Indústria Siderúrgica	1.359	1.314	-3
Carvão/Coque	998	790	-21
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	786	744	-5
Graneis Minerais	595	544	-8
Extração Vegetal e Celulose	486	410	-16
Adubos e Fertilizantes	347	391	13
Contêiner	320	324	1
Cimento	251	241	-4
Indústria Cimenteira e Construção Civil	278	200	-28
Carga Geral - Não Contein.	9	7	-20
Total	42.029	40.793	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2016, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 66,4 milhões de toneladas, volume 8% inferior ao averiguado em junho de 2015. As exportações totalizaram 54,3 milhões de toneladas, 82% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Jun/2015	Jun/2016	Jun-2016 / Jun-2015	Acumulado do ano
Marítimo	69.018	63.114	-9	6
Fluvial	1.299	1.316	1	11
Aéreo	109	91	-17	-13
Ferroviário	25	33	31	-12
Rodoviário	861	1.078	25	11
Outros*	1.051	770	-27	-3
Total	72.364	66.403	-8	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2016, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1,8 bilhão, valor 60% inferior ao aportado em junho de 2015.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Junho/2015 R\$ milhão	Junho/2016 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	320	50	-84	3
Energia Elétrica e Gás Natural	2.482	868	-65	48
Saneamento	139	71	-49	4
Telecomunicações	30	22	-27	1
Transporte	1.598	812	-49	45
Aéreo	30	0	-100	-
Aquaviário	65	33	-49	-
Terrestre	1.503	779	-48	-
Total Infraestrutura	4.570	1.823	-60	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2016 é de, aproximadamente, R\$ 3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 46 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 2% do orçamento total de 2016.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 8,2 bilhões o que representa 44% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2016, foram empenhados, até 31 de julho, R\$ 19 bilhões, cerca de 42% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R\$ 3,9 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 3,4 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 24,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 8,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2016, foram empenhados cerca de R\$ 4,8 bilhões (59% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 941 milhões até 31 de julho. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca de R\$ 829 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 6,3 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 6,5 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 1,2 bilhão, ou 15%), hidroviário (R\$ 132 milhões) e outros (R\$ 420 milhões). A modalidade portuária não apresenta restos a pagar pagos até o dia 31 de julho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2016, cerca de R\$ 2,7 bilhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 10,4 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 8,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 66 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2016.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 51% foram pagos até 31 de julho de 2016 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 29% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2016, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 31,5 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 26,1% no Ministério das Cidades (R\$ 8,22 bilhões) e 26,0% no Ministério dos Transportes (R\$ 8,18 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 15,6 bilhões (50% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 4,8 bilhão até 31 de julho de 2016. Foram pagos R\$ 4,6 bilhão do orçamento de 2016 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 16,1 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 30,719 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA V)

Em 2016, as empresas estatais e agências de fomento apresentam dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 97,2 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 29,1 bilhões, equivalente a 30% da dotação autorizada. Esse valor foi 16% inferior ao desembolsado no mesmo período em 2015.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2016 foi de R\$ 87 bilhões. As despesas totais realizadas até junho de 2016 foram de cerca de R\$ 27,2 bilhões, o que representa uma execução de 31% do autorizado e 94% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 79% da dotação autorizada para as Estatais em 2016 e respondeu por 86% da despesa realizada no primeiro bimestre num total de R\$ 24,9 bilhões (execução de 33% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2016
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2016*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.217	86	7	18	2	17	1	166	183	743
MAPA	936	362	39	26	3	1	0	234	235	694
MCTI	627	229	36	98	16	45	7	263	307	434
MDIC	255	7	3	1	1	1	1	3	4	30
MME	79	10	12	2	2	1	2	24	25	16
M. Transportes	8.241	4.844	59	941	11	829	10	5.517	6.346	5.294
M. Comunicações	73	9	12	1	1	0	0	10	10	110
MMA	104	73	70	10	9	2	2	33	35	72
MDA	319	145	45	10	3	8	2	153	161	506
M. Defesa	7.524	4.619	61	900	12	848	11	3.998	4.845	1.907
M. Int. Nacional	4.815	1.783	37	337	7	331	7	1.510	1.840	3.339
M. das Cidades	3.543	1.680	47	188	5	188	5	2.456	2.644	12.123
Outros**	18.224	5.312	29	1.395	8	1.174	6	6.739	7.912	26.211
Total	45.957	19.158	42	3.925	9	3.444	7	21.105	24.549	51.478

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2016
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2016*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	1.195	774	65	247	21	243	20	355	598	371
Hidroviário	132	10	8	1	1	1	1	95	96	214
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Rodoviário	6.493	3.831	59	658	10	551	8	4.576	5.127	4.381
Outros	420	229	54	35	8	34	8	491	525	323
Total	8.241	4.844	59	941	11	829	10	5.517	6.346	5.294

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2016

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2016*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	2.687	0	2.608	79
União	10.431	203	5.757	4.470

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2016*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	8.622	499	2.909	5.214
União	65.817	3.461	15.348	47.008

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2016
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2016*

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.505	853	34	672	27	672	27	492	1.165	1.036
M. Planejamento	1	1	124	0	13	0	6	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	24	24	64
MCTI	279	24	9	9	3	9	3	0	9	0
M. Fazenda	52	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	1.617	366	23	61	4	59	4	1.146	1.205	7.959
MDIC	150	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	0	4	0	0	0	0	0	1	1	0
M. Minas e Energia	127	23	18	4	3	3	2	47	50	72
M. Saúde	925	272	29	224	24	208	22	431	639	1.854
M. Transportes	8.184	5.307	65	930	11	798	10	5.745	6.542	5.278
M. Comunicações	457	390	85	355	78	355	78	16	371	72
M. Cultura	68	51	76	26	38	12	17	73	84	236
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	0	4	0	0	0	0	0	5	5	19
M. Esporte	558	239	43	10	2	10	2	317	327	873
M. Defesa	4.525	3.418	76	296	7	292	6	2.834	3.126	706
M. Integr. Nacional	3.658	1.420	39	230	6	226	6	1.280	1.506	1.991
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	96	96	1.176
M. Desenv. Social	129	96	74	25	19	25	19	248	273	281
M. Cidades	8.223	3.145	38	1.976	24	1.975	24	3.318	5.293	9.017
Total	31.458	15.612	50	4.818	15	4.644	15	16.074	20.718	30.719

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos - 2016
Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Desp. realizada Até 3º bim.	Por subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Ministério de Minas e Energia	87.025	27.187	Produção Industrial	45	5
Ministério dos Transportes ¹	0	0	Energia Elétrica	10.932	2.242
Secretaria de Portos	458	108	Combustíveis Minerais	66.533	23.579
Secretaria da Aviação Civil	817	331	Transporte Aéreo	802	323
Ministério das Comunicações	1.624	362	Transporte Hidroviário	1.452	463
Outros	7.273	1.070	Transportes Especiais	6.264	536
Total	97.198	29.058			

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por função	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.	Por unidade	Dotação	Desp. realizada Até 3º bim.
Indústria	106	2	Grupo Eletrobrás	10.606	2.202
Comunicações	1.624	362	Grupo Petrobras	76.330	24.932
Energia	87.010	27.177	Cias DOCAS ²	458	108
Transporte	1.291	449	Infraero	817	331

Fonte: Portaria n.º 04/2015 do MPOG.

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 8 de agosto de 2016.